

Identificar é preciso! O uso do inventário como ferramenta de preservação do patrimônio bibliográfico

Identify is needed! The use of inventory as a tool for preserving the bibliographic heritage

Adriana Dias Gonçalves¹

Resumo:

As bibliotecas passaram por mudanças ao longo do tempo, tendo uma maior preocupação com questões como preservação, divulgação e acesso. O mesmo ocorreu com o bibliotecário, que precisou se atualizar para melhor atender aos usuários, não se descuidando, contudo, de sua missão de salvaguardar o patrimônio bibliográfico que está sob sua responsabilidade. Esse novo panorama fez com que os bibliotecários começassem a ter um olhar mais detalhista, procurando identificar e conhecer melhor seus acervos, a fim de ter subsídios para propor ações de preservação, divulgação e, conseqüentemente, otimizar o atendimento ao usuário. Sendo assim, este artigo se propõe a mostrar como o inventário pode ser uma ferramenta de identificação do patrimônio bibliográfico e uma base para se justificar tais ações.

Palavras-chave: Bibliotecas. Patrimônio Bibliográfico. Inventário. Identificação. Preservação.

Abstract:

Libraries have changed over time, becoming more concerned with issues such as preservation, dissemination, and access. The same happened with the librarian, who needed to be updated to better serve users, while not neglecting his mission to safeguard the bibliographic heritage under his responsibility. This new scenario made the librarians begin to take a more detailed look, trying to identify and better know their collections, in order to have subsidies to propose preservation, dissemination actions and, consequently, to optimize user service. Therefore, this article proposes to show how the inventory can be a tool for identification bibliographic heritage and a basis for justifying such actions.

Keywords: Libraries. Bibliographic Heritage. Inventory. Identification. Preservation.

¹ Graduada em Biblioteconomia (UNIRIO) e bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).
E-mail: adg71rj@gmail.com

1 Introdução

As bibliotecas passaram por transformações ao longo do tempo deixando de ser vistas como simples depósitos de livros, empenhadas em guardar toda a produção intelectual existente, sem se preocupar com questões como preservação e difusão e se tornaram instituições envolvidas social e culturalmente com a produção do conhecimento, conscientes da importância de salvaguardar o patrimônio bibliográfico sob sua custódia para que as gerações futuras pudessem promover e perpetuar a memória coletiva de sua nação (RODRIGUES, 2015). Até mesmo as bibliotecas nacionais tiveram que se adequar aos novos cenários que surgiram, passando também elas a pensar em divulgar e dar acesso aos seus acervos, que fazem parte do patrimônio cultural do país ao qual pertencem e que eram acessíveis apenas a um grupo seletivo da sociedade, não deixando de lado, contudo, a questão da segurança e preservação.

Essas mudanças também afetaram o profissional bibliotecário que precisou rever alguns pontos em sua rotina de trabalho. Se antes ele era um erudito e guardião dos livros, preocupado em proteger seu acervo, sem pensar na questão da disseminação, agora ele precisa estar sempre se atualizando para melhor atender aos seus usuários, não se esquecendo, todavia, de sua missão de salvaguardar, preservar, divulgar e dar acesso ao conhecimento que está sob sua responsabilidade.

Nesse novo cenário, o bibliotecário precisa voltar seu olhar mais atento para seus acervos, procurando identificar e conhecer melhor as coleções que os compõem para ter argumentos sólidos para propor ações que visem à segurança, a preservação, a divulgação e torne mais eficiente o atendimento. O trabalho exercido na Biblioteca Nacional, na Seção de Obras Raras, que possui um acervo composto por obras em diferentes suportes e com características e particularidades diversas suscitou esse mergulho mais profundo no universo das coleções e itens que fazem parte desse acervo, procurando entender sua formação e desenvolvimento, para que assim pudesse planejar com maior precisão projetos que contemplassem esse conjunto bibliográfico.

Dentre os métodos e instrumentos que podem auxiliar nessa tarefa, observou-se que o inventário se configura em uma ferramenta de gestão, pois permite que se elabore um diagnóstico do acervo, tanto de forma quantitativa como qualitativa ao relacionar, contabilizar, descrever e enumerar minuciosamente os itens de determinado conjunto.

Considerando os pontos apresentados, este artigo se propõe a mostrar como o inventário pode ser um instrumento basilar na identificação, preservação, divulgação e disseminação do

patrimônio bibliográfico custodiado pelas bibliotecas e que muitas vezes não recebe a devida atenção por falta de conhecimento sobre sua importância para a instituição e até mesmo para o estado, a região e o país.

Como forma de contextualização, o artigo traz algumas considerações sobre patrimônio bibliográfico e bibliotecas nacionais, que são uma das principais responsáveis pela guarda e preservação do patrimônio bibliográfico de uma nação.

2 O que é patrimônio bibliográfico no Brasil?

Falar de patrimônio cultural é algo ainda amplo e complexo, pois envolve escolhas e análises subjetivas, que consideram fatores como contexto histórico, social, regional e local de cada nação, dificultando assim conceituar de modo claro todas as modalidades e variedades de bens que dele fazem parte. De acordo com Gonçalves (2005) para que um conjunto de bens e objetos possa ser reconhecido pela comunidade como patrimônio é preciso que encontrem “ressonância” junto a essa comunidade; ela precisa se sentir representada por aquele conjunto. No caso do patrimônio bibliográfico, que é uma das modalidades do patrimônio cultural, esse aspecto não seria diferente. Cabral (2013) fala que para ser considerado patrimônio bibliográfico nacional um conjunto de obras precisa contribuir para a percepção da identidade coletiva. Aguilar (2000) e Palma Peña (2013) dizem que é preciso se conhecer e identificar os elementos que fazem parte desse patrimônio de maneira detalhada para assim entender sua importância e pensar em ações que visem sua proteção, sendo a educação patrimonial um elemento essencial e útil para se reconhecer esse conjunto como parte significativa da identidade nacional que precisa ser protegida, e que essa conscientização precisa ser implementada nas escolas desde o ensino básico até o superior.

Muitos países europeus como Espanha, Portugal e França elaboraram leis que trazem dentre outros pontos a definição do que seria considerado como patrimônio bibliográfico nacional. No Brasil, devido à diversidade cultural e dimensão territorial, essa definição ainda se encontra muito atrelada ao depósito legal e ao controle de circulação de obras raras e antigas, não havendo um conceito bem definido e aceito, sendo imprescindível que haja uma revisão. Zamora (2009) diz que o conceito de patrimônio deve contemplar tanto um conjunto de bens culturais produzidos e herdados do passado como aqueles que estão sendo produzidos no presente, pois não se deve considerar apenas os documentos e livros antigos como patrimônio, mas sim todo documento que possua caráter único, singular ou valioso, do passado ou do

presente, já que patrimônio pode ser também a produção atual que se deixa para as gerações futuras.

Segundo Rodrigues (2016), apesar de o Brasil estar buscando essa definição sobre quais bens fariam parte do patrimônio documental brasileiro, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional ainda são apresentados como as duas principais instituições responsáveis pela preservação, atualização e divulgação do patrimônio bibliográfico e arquivístico, respectivamente. Porém outras instituições, que também possuem acervos importantes e que por falta de conhecimento e reconhecimento acabam sendo negligenciados poderiam ser vistas como guardiãs do patrimônio nacional. Por esse motivo é necessário que se identifique esses acervos.

Santos e Reis (2018) falam que após a promulgação da Constituição de 1988, que trata sobre questões relacionadas ao acesso, valorização e difusão das manifestações culturais em seu artigo 215, estimulando a integralização dos serviços técnicos de organização e difusão de acervos, surgiram dois movimentos relacionados às coleções bibliográficas raras voltados para a prevenção contra a retirada ilegal de itens para fora do país e a candidatura para que tivessem seu valor cultural reconhecido internacionalmente. Dessa forma, os debates sobre patrimônio bibliográfico no Brasil enfatizavam somente a segurança de acervos raros, visando evitar furtos e subtrações, o tratamento técnico e o intercâmbio de registros bibliográficos. Mas será que somente as obras “antigas e raras” devem ser consideradas patrimônio bibliográfico? E quanto às obras coetâneas e criadas digitalmente? Elas também não deveriam ser protegidas?

Diante destas questões percebe-se que essa discussão sobre patrimônio bibliográfico precisa ser retomada, pois essa falta de clareza dificulta a criação de instrumentos e normas que sejam específicas para proteger não somente os acervos antigos e raros, mas que também contemplem os acervos contemporâneos, tanto físicos como digitais e que não são mencionados. Sendo assim, torna-se necessário que se tenha condições de identificar essas obras e reconhecê-las como parte representativa da história da nação.

3 Bibliotecas nacionais: uma visão geral

As bibliotecas nacionais, que começaram a ser organizadas no final do século XVIII na França, e se diferenciavam das demais por ter a missão de preservar a memória bibliográfica nacional, sofreram mudanças principalmente após a Segunda Guerra com o início da denominada “era da informação” e o aparecimento de novas tecnologias. Seus acervos

passaram a contar com novos suportes de armazenamento da informação (microfilmes e discos ópticos) e o processamento técnico começou a ser realizado por meio de computadores, que tornava a tarefa mais eficiente, permitindo otimizar o atendimento ao usuário e a cooperação técnica com outras instituições (MONTE-MÓR, 1987).

Também nesse período tiveram início as discussões sobre o conceito e missão dessas bibliotecas, com a Conferência Internacional sobre a Melhoria dos Serviços Bibliográficos, promovida pela UNESCO em 1950, que com a recomendação de criação de centros de informação bibliográfica em cada país, originou no Brasil o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação em 1954 (MONTE-MÓR, 1987; RODRIGUES, 2015).

Alguns anos depois, em 1970, a UNESCO definiu as bibliotecas nacionais, em sua Recomendação sobre a Normalização Internacional das Estatísticas Relativas a Bibliotecas, como sendo aquelas que são responsáveis por adquirir e conservar exemplares da totalidade de publicações impressas no país, seja por depósito legal ou não, podendo também reunir obras estrangeiras que sejam relativas ao país (UNESCO, 1970; MONTE-MÓR, 1987).

Em seu relatório publicado nos Anais da Biblioteca Nacional em 1971, Jannice Monte-Mór traz o conceito de biblioteca nacional como sendo “sinônimo da memória documental da cultura de um país; [...] museu de toda a sua produção bibliográfica, nos mais diversos campos culturais, através da sua história”. Ela continua dizendo que o acervo da biblioteca nacional

[...] tem por objetivo oferecer, no futuro, a documentação suficiente ao juízo da produção intelectual do passado e, no presente, os necessários elementos de informação, que condicionam um consciente e harmonioso desenvolvimento cultural. (MONTE-MÓR, 1971)

Sendo assim, as bibliotecas nacionais podem ser pensadas como lugares que abrigam e preservam a memória escrita de cada nação, possuindo missão social, política e civilizadora e contribuindo para formar a identidade coletiva e criar vínculos entre o patrimônio e as nações as quais pertencem (RODRIGUES, 2015).

Contudo, para que as bibliotecas possam atingir seus objetivos de modo eficiente e eficaz, torna-se primordial que elas conheçam detalhadamente seus acervos, tendo uma base para propor ações referentes à preservação, produção e difusão do conhecimento. Estas ações são norteadas pelo levantamento de informações sobre as obras e desse modo a utilização de instrumentos de coleta de dados que permitam fazer um diagnóstico quantitativo e qualitativo das coleções, auxiliando nas tomadas de decisão e que originem ferramentas que facilitem a difusão das informações são essenciais. Seguindo esse raciocínio, propõe-se o uso do inventário como base para que se tenha uma visão real dos acervos.

4 O inventário como ferramenta de identificação do patrimônio bibliográfico

O inventário é um dos seis sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, conforme trata o artigo 216, parágrafo 1º da Constituição de 1988, mas de acordo com Miranda (2008) seu uso remonta o início do século XVIII e, de modo prático consiste

na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros.

Motta e Rezende (2016) dizem que os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no contexto da construção dos Estados Nacionais.

Nas décadas de 1920-1930, tem início após a Semana de Arte Moderna de 1922 um movimento de valorização de tudo que fosse genuinamente nacional, resgatando um Brasil “de feição mestiça e desgarrado dos padrões europeus de então, mais indígena, mais africano, mais caboclo e caipira, [...] que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade” (TORELLY, 2012). A ideia de se criar essa “identidade nacional” motivou Mário de Andrade a realizar um inventário da cultura brasileira com o objetivo de documentar por meio de fotografias, desenhos, vídeos e anotações de campo as manifestações populares e expressões culturais (CHUVA, 2012; KALB; FLORES, 2017).

Aguilar (2000) e Motta e Rezende (2016) argumentam que os inventários são instrumentos que apareceram como formas de produção de um novo saber, já que a coleta e sistematização das informações identificam, valorizam e protegem os bens culturais que são patrimônio nacional, podendo justificar a seleção de determinados conjuntos e basear a elaboração de políticas especiais que culminem em sua proteção pelo poder público. Deste modo, o inventário é considerado um instrumento de proteção e preservação do patrimônio cultural que permite a tomada de decisão com base no conhecimento detalhado dos bens que foram inventariados.

Trazendo esse conceito para a área de patrimônio bibliográfico, uma boa gestão do acervo que está sob a guarda de uma instituição, seja ela pública, privada, universitária, ou até mesmo uma biblioteca nacional, se baseia na identificação e conhecimento dos itens que compõem as coleções e uma forma de se obter essas informações é por meio do inventário periódico. Esse instrumento permite que se identifique os itens do acervo, detectando possíveis falhas e faltas, além de ser uma base para o planejamento e tomada de decisões necessárias à Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 211-222, jul./dez. 2020

administração das bibliotecas e a formulação de diretrizes com o propósito de promover seu desenvolvimento e proteção. Além disso, a partir das informações levantadas é possível gerar subprodutos derivados do inventário, como listagens, relatórios, catálogos, etc. Silva (2012) explica que o inventário é um dos instrumentos mais utilizados e que melhor expressa a totalidade do acervo, ou de parte dele, permitindo que a instituição controle e utilize de modo mais eficiente esse acervo.

Ao se elaborar um projeto, um plano de ação que vise proteger, preservar, divulgar um acervo, qualquer que seja a instituição, é imprescindível, a princípio, que se tenha conhecimento sobre as características intrínsecas e extrínsecas das coleções que fazem parte desse acervo, já que essas informações tornam o trabalho de avaliação e escolha muito mais rápido e objetivo. Mas, em muitos casos, devido a diversos fatores como falta de tempo, de pessoal e de planejamento prévio, as pesquisas de levantamento de dados para subsidiar tais ações são feitas às pressas, sem nenhum critério que as norteie.

Nesse aspecto, a realização do inventário é primordial para se iniciar a tarefa de avaliação de itens ou coleções que poderão ser contemplados nas ações previstas no planejamento da instituição. Ou até mesmo nos projetos que possam surgir ao longo do período e que não estavam incluídos no planejamento.

O inventário é uma atividade técnica que objetiva realizar um levantamento detalhado considerando diversos aspectos do acervo, procurando identificar a real situação em que se encontram as coleções. Especificamente, o inventário permite listar possíveis itens desaparecidos ou extraviados, obter o número real de itens do acervo, coletar informações sobre o estado de conservação das coleções, identificar itens que não foram incluídos no acervo e as marcas de propriedade e proveniência das coleções.

A definição do termo inventário, de acordo com Cunha e Cavalcanti (2008) é uma “operação periódica, geralmente anual, que se destina a verificar a integridade das coleções de uma biblioteca, feita com auxílio do catálogo topográfico”. Existem diversas tipologias de inventário, que levam em consideração o conjunto de informações que se deseja obter sobre o acervo e eles podem ser realizados em conjunto ou separados. A seguir serão apresentados alguns tipos de inventário que podem ser utilizados, de acordo com as informações que se pretende mapear.

O inventário topográfico é uma lista atualizada constantemente que indica na ordem de numeração das estantes e prateleiras a localização exata onde se encontram os itens (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Esse inventário retrata a situação real da biblioteca permitindo que se

conheça o total de obras existentes, as faltas, falhas e extravios, além de constatar o estado de conservação dos itens. É um inventário que deve ser realizado periodicamente, sendo o ideal que seja previsto e incluído no planejamento da instituição.

Conforme Faria e Pericão (2008) e Santos (2015), o inventário indicativo ou preliminar, realizado para identificar itens que ainda não constam no catálogo ou que não receberam localização nas estantes, seria um levantamento primário das peças baseado em uma listagem com os dados básicos das obras (autor, título, imprensa, descrição física). Esse inventário permite que se mapeie as obras que vieram transferidas de outros setores, por meio de doações ou intercâmbio e que se encontram na “quarentena” aguardando a higienização para serem incorporadas ao acervo.

O inventário histórico, de acordo Pinheiro (2009 apud SANTOS, 2015) seria um mapeamento que inclui dados de origem, colecionador, natureza dos itens, datas-limite, títulos mais relevantes, sendo um modo de recensar as obras que ainda não foram catalogadas, mas que se encontram separadas devido ao seu valor cultural.

O inventário analítico consiste em pesquisa minuciosa de cada item (análise material), destacando suas marcas de propriedade, de procedência, de leitura, seus tipos de suporte, sua importância, permitindo que se identifique as obras com mesma temática, mesmo autor, etc. Conhecer as características do exemplar colabora para que o bibliotecário adquira um maior conhecimento do acervo, o que é de suma importância para se estabelecer políticas de segurança e preservação do patrimônio bibliográfico sob sua custódia. Segundo Santos (2015) é o tipo de inventário que pode ser utilizado como instrumento de proteção do livro, além dessas informações poderem ser utilizadas no momento de se justificar a escolha de determinado conjunto para ser contemplado em algum projeto da instituição, ou até mesmo para evitar que esse conjunto seja descartado ou desmembrado.

As informações coletadas pelo inventário podem gerar algumas ferramentas que auxiliam o bibliotecário no momento da tomada de decisão em relação ao acervo como:

- Relatório com os dados estatísticos, contendo o quantitativo de itens, segmentados por tipologia;
- Listagem de marcas de proveniência bibliográfica identificadas;
- Elaboração de catálogos de coleções;
- Listagem de itens não localizados;
- Relação de itens que precisem passar por higienização, conservação ou restauro;
- Relação de itens para serem incorporados ao acervo;

- Listagem de obras por autor
- Etc.

Como se pode observar, o inventário permite organizar o acervo, identificar e conhecer as coleções, subsidiar políticas para o seu desenvolvimento e proteção, avaliar conjuntos ou itens que precisem passar por algum tipo de procedimento de conservação ou restauração, que precisem ser higienizados ou que possam ser incluídos em projetos de digitalização, listas para exposições, sendo uma ferramenta essencial e imprescindível para a gestão do patrimônio bibliográfico.

5 Considerações finais

Conforme o exposto, tanto as bibliotecas como os bibliotecários passaram por mudanças no decorrer do tempo, precisando se adequar e se atualizar, se preocupando tanto com a preservação e segurança como com a difusão e acesso, procurando entender e conhecer melhor como suas coleções são formadas. Até mesmo as bibliotecas nacionais, organizadas no final do século XVIII tiveram que se adequar aos novos tempos, passando também elas a se preocupar em divulgar e dar acesso aos seus acervos, sem se descuidar, contudo, da segurança e preservação.

Identificar os itens que compõem o patrimônio bibliográfico é o ponto inicial para que se possa definir normas, leis e instrumentos de proteção e preservação. Porém, a dimensão e diversidade cultural do Brasil dificulta a definição do que seria considerado patrimônio bibliográfico, sendo este ainda associado ao depósito legal e a circulação de obras raras e antigas. As discussões sobre patrimônio bibliográfico ainda precisam ser retomadas já que os acervos contemporâneos físicos ou criados digitalmente não foram incluídos.

A rotina de trabalho na Biblioteca Nacional mostrou a importância de conhecer e identificar os itens e coleções que formam o acervo, tornando necessário pensar em métodos e instrumentos viáveis para coletar essas informações. Esse levantamento permite que se possa ter bases sólidas e confiáveis para propor ações e projetos para a melhoria da gestão e do atendimento e nesse sentido o inventário mostrou-se uma ferramenta de identificação que possibilita ao bibliotecário ter uma visão geral do acervo, tendo dados sobre a quantidade de obras, de coleções, informações sobre o estado físico, o número de exemplares, permitindo reunir coleções, identificar faltas e falhas, conhecer com mais detalhes o acervo sob sua guarda.

Enfim, é um instrumento que pode e deve ser utilizado como base para se formular projetos, avaliar, desenvolver, promover a preservação, segurança e divulgação das coleções, visando proporcionar o alcance do objetivo principal da biblioteca, que é a preservação e salvaguarda do patrimônio bibliográfico com a finalidade de disseminar e contribuir com a produção do conhecimento.

Identificar para preservar. Preservar para garantir o acesso das gerações atuais e futuras. Divulgar para promover a produção de novos conhecimentos. Esses são três pontos chave para que as bibliotecas cumpram seu papel de instituições culturais e promotoras da salvaguarda do patrimônio bibliográfico nacional.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 215. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 216. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 29 set. 2019.

CHUVA, Márcia (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir El patrimonio documental de América latina y El Caribe. *In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 75., 2009, Milão. Proceedings [...]. Milão: IFLA, 2009. p. 1-8.* Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; FARIA, Maria da Graça Pericão. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GARCÍA AGUILAR, María Idalia. Legislar para preservar El patrimonio documental mexicano: um reto para el nuevo milênio. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 28, p. 97-114, ene./jun. 2000. Disponível em: <http://revib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3932>. Acesso em: 22 out. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 11, n. 23, p. 15-36, jan. /jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002. Acesso em: 30 set. 2019.

KALB, Christiane Heloísa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Tombamento, inventário e registro: nuances e efeitos jurídicos aos sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Vianna Sapiens**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, jan. /jun. 2017. Disponível em: <http://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 30 set. 2019.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **De jure**: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, [Minas Gerais], n.11, p.292-319, jul. /dez. 2008. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/111?show=full>. Acesso em: 30 set. 2019.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [s. l.], n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 30 set. 2019.

MONTE-MÓR, Jannice. Reforma da Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-23, 1972. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3>. Acesso em: 30 set. 2019.

MONTE-MÓR, Jannice. Relatório da Diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, [Rio de Janeiro], v. 91, p. 359-371, 1971. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_091_1971.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN: DAF: Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>. Acesso em: 7 set. 2020.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad. Revisións conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, p. 31-57, sep./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 22 out. 2019.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 1-18, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10524/12266>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/54754>. Acesso em: 30 set. 2019. Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 211-222, jul./dez. 2020

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 30 set. 2019.

SANTOS, Renata Ferreira dos. **A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AANEJV/1/disserta__o_renata_ferreira.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 32, n. 75, p. 223-259, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v32n75/2448-8321-ib-32-75-223.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Controle de acervos. *In*: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museus de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 13-32.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/109/97. Acesso em: 08 dez. 2019.

UNESCO. Recomendação da UNESCO sobre a normalização internacional das estatísticas relativas a bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [São Paulo], v. 11, n. 1-2, p. 76-82, jan./jun. 1978. Tradução de Jorge Peixoto. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18181>. Acesso em: 30 set. 2019.